

Exmo. Sr. Presidente da CM

26-03-2012



Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Oliveira
do Hospital
Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Largo Conselheiro Cabral Metello
3400-062 Oliveira do Hospital

S/ Referência

S/ Comunicação

N/ Referência
S/2012/1786

Data
22-03-2012

Assunto Revisão do PDM de Oliveira do Hospital - Parecer

Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência do pedido de parecer formulado através do ofício nº 1006/2012 de 17-02-2012, procedeu-se à análise dos elementos disponibilizados a coberto do mesmo ofício, que suscitaram suscitam os comentários apresentados nos parágrafos seguintes.

1. Rede rodoviária sob jurisdição da Estradas de Portugal, SA:

De acordo com informação prestada pela EP, SA, a rede sob a jurisdição daquela concessionária no concelho de Oliveira do Hospital é a seguinte:

a. Rede Nacional: IC6 e IC7 - atualmente assegurados pelas EN 17 e EN 230.

b. Rede Regional:

- i) ER 230 – entre o limite do concelho de Carregal do Sal / limite do distrito de Viseu e o cruzamento com a ER 231-2 (Ervedal);
- ii) ER 337 – entre o cruzamento da ER 230 e o limite do concelho de Tábua;
- iii) ER 342 – entre o limite do concelho de Arganil e o cruzamento com a EN 230.

c. Rede desclassificada face ao PRN sob a jurisdição da EP, SA, que se encontra a desempenhar as funções do IC6 e do IC7:

- i) EN 17 – entre o limite do concelho de Tábua e o limite do concelho de Seia/limite do distrito da Guarda;



- ii) EN 230 – entre o cruzamento da EN 17 (Venda de Galizes) e o limite do concelho de Seia/limite do distrito da Guarda.

Constatando-se que os lanços das ER 230 e ER 337 referidas em i) e ii) do ponto b. se situam entre troços sob jurisdição municipal, estes Serviços consideram que os referidos lanços deverão igualmente ser entregues à Autarquia.

Verificando-se que a rede regional constante das peças escritas e desenhadas enviadas para análise difere, em termos da sua jurisdição, da descrita pela EP, SA, considera-se que a Autarquia deverá, conjuntamente com a concessionária geral do Estado, proceder aos ajustes necessários de modo a que a proposta reflita a situação real existente.

2. Relatório

Considerando o exposto no parágrafo anterior, deverão ser introduzidas as alterações necessárias quer na parte do Relatório relativa à caracterização quer na parte II – proposta.

Atendendo a que através da Declaração (extrato) nº 188/2010, publicada no Diário da República nº 186, 2ª série, de 23 de Setembro foram estabelecidas as zonas de servidão *non aedificandi* de proteção aos IC6 e IC7 e IC37, os traçados a prever em sede de PDM deverão corresponder aos corredores aprovados, devendo assim, serem introduzidas as correspondentes alterações.

3. Zonas de servidão *non aedificandi*

a. Planta de Condicionantes

Constatando-se que da planta de condicionantes não constam as zonas de proteção *non aedificandi* correspondentes às redes de infraestruturas rodoviárias e tendo em conta que, de acordo com a legislação vigente, aquela planta "identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento", considera-se que as zonas de servidão *non aedificandi* das redes rodoviárias nacional e regional deverão ser representadas na referida planta.

Atendendo ainda a que, conforme acima referido, através da Declaração (extrato) nº 188/2010, publicada no Diário da República nº 186, 2ª série, de 23 de Setembro foram estabelecidas as zonas de servidão *non aedificandi* de proteção aos IC6 e IC7, as mesmas deverão igualmente ser introduzidas na planta de condicionantes.

Recomenda-se que a legenda a adotar para a representação das redes nacional, regional e dos lanços desclassificados ainda sob jurisdição da EP, SA, reflita as diferentes situações, a seguir indicadas:



- As zonas de servidão "non aedificandi", relativas às estradas existentes, integradas nas redes rodoviária nacional e regional, aplica-se o disposto no Artº 5.º do D.L. nº 13/94, de 15 de Janeiro. Estes afastamentos podem ser reduzidos nos casos previstos no nº2 do citado artigo 8.º, quando se encontram reunidas as condições nelas previstas.
- Relativamente aos lanços da rede rodoviária desclassificada que não foram entregues à Autarquia e que, portanto, permanecem sob a jurisdição das Estradas de Portugal, SA, aplica-se, em princípio, o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do D.L. nº 13/71, de 23 de Janeiro, nos termos do artigo 15.º do D.L. nº 13/94, de 15 de Janeiro. Estes afastamentos podem ser reduzidos nos casos previstos no nº 2 do citado artigo 8.º, quando se encontram reunidas as condições nele previstas.
- No que se refere aos lanços projetados, com estudos prévios aprovados, aplica-se o disposto no Artº 3º do D.L. nº 13/94, de 15 de Janeiro.

b. Regulamento

O correspondente capítulo do Regulamento, designadamente no Artigo 91º, Título VII – Espaços-Canais e de Infraestruturas, deverá remeter para a planta de condicionantes a identificação dos espaços-canais destinados às infraestruturas rodoviárias.

4. Modelo de Ordenamento

De acordo com o estabelecido no Regulamento Geral do Ruído, (aprovado pelo D.L. nº 9/2007, de 17 de Janeiro, retificado pela Declaração de Rectificação nº 18/2007, de 16 de Agosto e alterado pelo D.L. nº 278/2007, de 1 de Agosto), compete aos municípios acautelar "(...) a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como zona sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes ou programadas" (ponto 4 do Artº 6º).

Deste modo, na definição do modelo de organização espacial do território municipal, deverá assegurar-se que a distância entre as áreas onde se preveem usos do solo suscetíveis de vir a determinar a sua classificação como zona sensível (designadamente usos do tipo habitacional e equipamentos coletivos) e as infraestruturas rodoviárias será suficiente para assegurar o cumprimento dos valores limites impostos para aquele tipo de ocupação.

No caso de não se verificar a situação acima exposta, a administração rodoviária não poderá ser responsabilizada pelo incumprimento dos limites impostos para os referidos tipos de ocupação.

Por outro lado, relativamente às variantes às ER 231-2 e ER 230, previstas na proposta de plano, há a referir que:

- De acordo com a informação constante da base de dados do InIR e confirmada pela EP, SA, a ER 231-2 encontra-se sob a jurisdição municipal;
- Tendo em conta a atual conjuntura económica do país, as intervenções a realizar na rede rodoviária regional obedecem, certamente, a critérios de priorização face à escassez de recursos;
- Segundo informação da EP, SA, que atualmente possui a jurisdição sobre as estradas regionais, não existem quaisquer compromissos assumidos com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital,

pelo que, a serem consideradas na proposta de Plano, as referidas variantes não poderão assumir qualquer carácter vinculativo mas apenas meras intenções.

5. Planta de Ordenamento

Desta planta deverão constar os corredores aprovados relativos aos IC6, IC7 e IC37, na parte que interfere com o concelho de Oliveira do Hospital, assim como os lanços das redes rodoviária nacional e regional existentes e desclassificada.

Verificando-se que a legenda adotada não facilita a distinção entre a rede regional, a rede nacional desclassificada sob jurisdição da EP, SA e a rede sob jurisdição municipal, sugere-se a sua alteração, de modo a proporcionar uma fácil leitura.

6. Programa de execução e meios de financiamento

Constata-se que do programa de execução e meios de financiamento da proposta de plano, em análise, constam diversos investimentos, quer ao nível da rede nacional, quer ao nível da rede regional.

Tendo em conta que não se conhece qualquer calendarização aprovada para as intervenções a levar a efeito pela EP, SA, bem como as respetivas estimativas de custo, considera-se não ser oportuna a sua integração no referido programa.

Relativamente à variante à ER 231-2 prevista nesta proposta e, tendo em conta que a referida estrada se encontra sob a jurisdição municipal, a responsabilidade da sua realização e os correspondentes encargos deverão ser imputados ao Município.

7. Conclusão

Sem prejuízo da introdução das alterações necessárias no sentido de dar resposta às observações constantes dos pontos anteriores, considera-se não haver motivo de objeção à proposta de Plano apresentada para análise.

Com os melhores cumprimentos,



Rosário Rocio

Vogal do Conselho Diretivo